

**À
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL**

A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO: 323/2020/CEL/SUPEL/RO
Processo Administrativo Nº:0024.061712/2020-89

Assunto: Contribuições e Esclarecimentos – Lista de Questionamentos

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de 04 (quatro) links de acesso à internet dedicados na velocidade de 300 Mbps cada, incluindo a instalação, configuração e manutenção periódica, 04 (quatro) serviços de proteção contra ataques DDoS e 04 (quatro) soluções de proteção de perímetro gerenciado, com alta disponibilidade de hardware (cluster) pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, visando suprir os serviços oferecidos pela DITEC conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A **OI S/A, - Em recuperação Judicial (Oi)**, CNPJ nº 76.535.764/0001-43, sociedade anônima prestadora de serviços de telecomunicações, CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0001-79, com sede à Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro - Loja 201/801, Contato: Ávner Andrade de Souza, e-mail avner.souza@oi.net.br telefone: (031 69) 98454-9119, vem relacionar os itens que, no nosso entendimento precisam ser esclarecidos com intuito de se oferecer maior competitividade entre os prestadores, garantindo com isto que a licitação terá a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Estabelecendo as regras necessárias para a seleção da proposta mais vantajosa e invalidando todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter competitivo da licitação. São eles:

1. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Observa-se que o item o TERMO DE REFERÊNCIA, em seu item 12.1 descreve a cerca da subcontratação quando define:

“12.1. Considerando que o fornecimento dos links pode envolver trabalhos secundários, tais como lançamento de cabos de fibra óptica, transporte e instalação de equipamentos etc, fica autorizada a subcontratação desses trabalhos, caso haja necessidade; ”

No nosso modelo de negócio, trabalhamos com os parceiros e fabricantes no conceito de Market Place, aonde os fabricantes e parceiros (autorizados dos fabricantes) prestam o serviço de



instalação e configuração dos *appliances* com o fornecimento da AS BUILT para nossa equipe de segurança do SOC que irá realizar a operação do serviço. Assim, garantimos a eficiência na operação e o “conforto” do cliente quanto a agilidade e assertividade em momentos de *troubleshooting*.

Estamos entendendo que é permitida a subcontratação de todo serviço de instalação (acesso e equipamentos com roteadores e firewalls). O que ela não pode é subcontratar o objeto integral (equipamentos, sistemas, operações, etc) e apenas repassar o custo a contratante.

Está correto nosso entendimento?

2. DA ESPECIFICAÇÃO E REQUERIMENTOS DE CONTRATAÇÃO:

Observa-se que o item o TERMO DE REFERÊNCIA, em seu item 2.1.7 define que:

“2.1.7. Todo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços pela CONTRATADA, não poderá acarretar ônus adicional à CONTRATANTE, logo, deverão estar inclusos na solução todos os recursos de conectividade, tais como: modems, conversores, roteadores, e outros correlatos necessários à prestação dos serviços, exceto racks e tomadas de energia;”

Destaca-se que as empresas de serviços de telecomunicações não prestam serviços de natureza de obra civil, infraestrutura ou qualquer outro serviço desta natureza. O local da instalação, a energização, o aterramento e quaisquer itens referentes ao espaço físico são de responsabilidade do CONTRATANTE.

Não obstante, o regulamento do STFC, aprovado pela Resolução 426/2005 da ANTEL – Agência Nacional de Telecomunicações, estabelece:

Art. 72. O assinante é responsável pela instalação e pelo funcionamento adequado da rede interna, de acordo com os princípios de engenharia, as normas técnicas vigentes, assim como, com as orientações e especificações técnicas que constarem do contrato de prestação do serviço firmado com a prestadora.

§ 1º A prestadora pode oferecer ao assinante os serviços de instalação e manutenção da rede interna do assinante, mediante contrato específico, regido pelas normas do direito privado, observado o seguinte:

- I - o contrato relativo à instalação e manutenção da rede interna do assinante não pode estar condicionado ao provimento do STFC;
- II - a prestação de serviços de que trata este artigo não pode ser interrompida no caso de mudança de prestadora; e
- III - é vedada à concessionária a prestação direta de serviços de que trata este artigo.

Com base no exposto acima, entendemos que:

Para a ativação de cada acesso, a CONTRATANTE permitirá acesso dos técnicos da CONTRATADA em suas dependências, proverá os recursos e executará serviços de infraestrutura



complementares àqueles fornecidos ou executados pela CONTRATADA necessários à implantação do acesso, dentre os quais se incluem os de:

- Disponibilizar a infraestrutura necessária a exemplo de calhas secas e dutos bem como a fiação interna (fibra óptica, par metálico) entre caixa de entrada (DG) do prédio e o local onde será instalado o CPE da Prestadora;
- Definir o encaminhamento e o local onde poderá ser instalada a infraestrutura do acesso (dutos, eletrodutos, fiação etc.) e o rack (CPE) na Unidade;
- Disponibilizar pelo menos 3 (três) pontos de energia elétrica por meio de quadros de distribuição de força, bem como o aterramento da rede elétrica;
- Adequar o ambiente onde será instalado o CPE quanto à iluminação, acomodação e área útil;
- Quando houver necessidade de se interligar racks distintos fornecer os cabos usados nessa interligação (da porta LAN do equipamento CPE com o equipamento (HUB ou Switch));
- Responsabilizar-se integralmente pela guarda e integridade dos equipamentos recebidos, obrigando-se a ressarcir a CONTRATADA em casos de perda, dano ou destruição, não oriundos da normal utilização destes;

Está correto nosso entendimento?

3. DA SOLUÇÃO CONTRA PROTEÇÃO DE ATAQUES DO TIPO DDoS - (Distributed Denial Of Service):

Observa-se que o item o TERMO DE REFERÊNCIA, em seu item 2.2. a qual define a solução de proteção contra ataques do tipo DDoS, estamos entendendo que obrigatoriamente a contratada deverá fornecer uma solução de gerência e atender os itens:

- A solução de Gerência de Anti-DDoS deve permitir acesso a todos os recursos e módulos através de única autenticação, sem a necessidade de realizar outros logins para acessar qualquer outro recurso de gerenciamento;
- Deverá coletar métricas através de integração com a API do fabricante;
- A Solução de Gerência de Anti-DDoS deverá ser operada e administrada através de uma console única, portanto, não serão aceitas soluções que possuem acessos segmentados aos módulos;
- Deverá ser escalável, permitindo futuras ampliações no número de elementos de rede a serem gerenciados;
- Deverá ser escalável, mas transparente para a CONTRATANTE em termos de console única;
- Deverá permitir a exportação das informações para relatórios em formatos comerciais;
- A Solução de Gerência de Anti-DDoS deverá fornecer, através do portal, visualização de informações on-line (em intervalos de 5 minutos e de forma gráfica) da rede que deverá apresentar, no mínimo, os seguintes itens para cada um dos elementos monitorados:
 - Tipo de ataque, horário de início e fim;
 - Volume de tráfego bloqueado e não bloqueado;
 - Origem de ataques com identificação do endereço IP e porta de origem;
 - Destino de ataques, com identificação do endereço IP e porta de destino.
- Dashboards executivos com visão sumarizadas de indicadores de Anti-DDoS;



- É desejável que a Solução de Gerência de Anti-DDoS tenha uma visão integrada com a Solução de Gerência de Rede (WAN);

Está correto nosso entendimento?

4. DOS REQUISITOS DO FIREWALL

Com relação aos requisitos do firewall, o TERMO DE REFERÊNCIA, define que o firewall deverá possuir throughput de 42Gbps, quando escreve:

“2.3.8.1. Throughput de no mínimo 42 Gbps com a funcionalidade de Firewall habilitada;”

Estamos entendendo que o tamanho do pacote é de 1518bytes.

Está correto nosso entendimento?

5. DOS REQUISITOS DO FIREWALL – PARTE II

Ainda com relação aos requisitos do firewall, observa-se que a definição do mesmo leva a um superdimensionamento do equipamento, pois os requisitos definidos são para sites de 53.300 funcionários suportados em cada equipamento, se levarmos em conta a quantidade média de conexões TCP/UDP de um *hard user* em comparação com a quantidade de conexões simultâneas solicitadas. Ou se olharmos sobre o ponto de vista de velocidade do acesso (300Mbps) x throughput solicitado (42Gbps).

Assim, respeitosamente gostaríamos de sugerir a alteração dos itens abaixo. Perceba que esta alteração trata maior economicidade para a SETIC além de atender, com grande margem de folga, as necessidade dos requisitos de segurança de um acesso Internet de 300Mbps:

- a) 2.3.8.1. Throughput de no mínimo 42 Gbps com a funcionalidade de Firewall habilitada;.

Alterar para: 2.3.8.1. Throughput de no mínimo 36 Gbps com a funcionalidade de Firewall habilitada para pacotes de 1518bytes;.

Nossa solicitação será atendida?

6. DA ALTA DISPONIBILIDADE

Com relação à solicitação de alta disponibilidade da solução, aonde está escrito na descrição do objeto:

“OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de 04 (quatro) links de acesso a internet dedicados na velocidade de 300 Mbps cada, incluindo a instalação, configuração e manutenção periódica, 04 (quatro) serviços de proteção contra ataques DDoS e 04 (quatro) soluções de



LISTA DE QUESTIONAMENTOS – 25/08/2020

proteção de perímetro gerenciado, com alta disponibilidade de hardware(cluster) pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, visando suprir os serviços oferecidos pela DITEC conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.”

Uma vez que está sendo solicitado alta disponibilidade de hardware e informado que são 02 links por datacenter, solicitamos esclarecimentos sobre a seguinte questão:

- a) A alta disponibilidade está vinculada ao fato de serem 02 (dois links) por endereço e 01 (um) NGFW por link, totalizando quatro NGFW?

OU

- b) A alta disponibilidade está vinculada ao fato de serem 02 (dois links) e a contratada deverá entregar 02 (dois) NGFW para cada acesso Internet de 300Mbps, totalizando oito NGFW?

7. DO TREINAMENTO:

Com relação ao item 2.3.3 do TERMO DE REFERÊNCIA o qual define o treinamento para a a equipe da SETIC, quando escreve:

“2.3.3. Deverá ser fornecido treinamento na solução adquirida de no mínimo 20 (vinte) horas, para até quinze pessoas, designadas pela CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após o término da instalação, a fim de repassar as informações necessárias dos produtos adquiridos, incluindo detalhamento dos produtos e seus aspectos gerais de configuração e operação;.”

Solicitamos esclarecimentos quanto:

- a) **O treinamento deverá, obrigatoriamente, ser presencial ou poderá ser remoto?**
- b) **Caso o treinamento deva ser presencial, a SETIC irá disponibilizar o espaço físico e recursos educacionais tais como datashow, mesas, computadores e outros?**

8. DA GESTÃO COMPARTILHADA:

Com relação ao item 2.3.12 do TERMO DE REFERÊNCIA o qual define a gestão compartilhada dos equipamentos NGFW, quando escreve:

“2.3.12. A gestão do equipamento deverá ser compartilhada entre Contratante e Contratada, havendo usuário com permissão de administrador para ambos;”

Destacamos que fornecer a senha de leitura e escrita para a SETIC poderá gerar, em situações de *troubleshooting*, conflitos sobre a definição do ponto de demarcação. A contratante e contratada poderão, nestas situações de *troubleshooting*, realizarem ao mesmo tempo acesso



ao equipamento e alterações nas configurações, o que irá levar a dificuldade e demora na solução do problema.

Assim, solicitamos a retirada deste item, para que ocorra o bom andamento nos momentos de atuação em *troubleshooting*.

Nossa solicitação será atendida?

9. DA PLANILHA FORMATADORA D PREÇOS E/OU MODELO DE PROPOSTA:

Destacamos que não encontramos no Edital e seus ANEXOS, nenhum MODELO DE PROPOSTA e/ou uma PLANILHA FORMATADORA DE PREÇOS.

Esta Planilha Modelo para a apresentação de preços e o Modelo de Proposta são essenciais para que as proponentes licitantes apresentem a proposta sob mesma ótica que a SETIC entende ser a melhor forma de apresentar a proposta.

Assim, solicitamos a SETIC enviara um MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL e/ou uma PLANILHA FORMATADORA DE PREÇOS.

Nossa solicitação será atendida?

Porto Velho, 25/08/2020

Ávner Andrade de Souza
Executivo de Negócios
Diretoria negócios B2B
(69) 98454-9119
avner.souza@oi.net.br